

## Documento do Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina



## Prioridades dos Wajãpi para 2008

Macapá  
Novembro, 2008

## APRESENTAÇÃO

Esse é o 4º documento que fazemos colocando nossas prioridades para os órgãos do governo. O primeiro documento foi feito em 2005, depois fizemos um documento por ano.

Nós estamos produzindo esse tipo de documento porque muitas vezes vemos que o governo quer fazer coisas para os Wajãpi, mas não pergunta para nós o que é que estamos precisando e querendo. Nós achamos que o governo deve ajudar nossas comunidades escutando nossas preocupações, ouvindo nossas prioridades antes de fazer o seu planejamento.

Não achamos bom quando o governo chega com projetos prontos, com dinheiro para gastar em coisas que não são prioridade para nós. Quando o governo gasta dinheiro com algumas coisas, depois não tem mais dinheiro para fazer outras coisas. Quando reivindicamos as coisas que são mais importantes para nós, escutamos que o governo não tem dinheiro para isso. Por isso nós estamos pedindo mais uma vez para os órgãos do governo federal e do governo estadual respeitarem as nossas prioridades na hora de planejar seu trabalho e fazer seu orçamento.

Nós sabemos que existem muitos projetos que não são só para os povos indígenas, e que o governo quer atender os Wajãpi através desses projetos. Mas nós entendemos que os povos indígenas têm direito de receber uma assistência diferenciada dos órgãos do governo. E nós sabemos também que o governo tem obrigação de consultar os povos indígenas. No nosso documento de 2007, nós apresentamos uma parte da **Convenção 169 da OIT**, que é um acordo internacional que o Brasil assinou, sobre a relação dos governos com os povos indígenas.

Vamos repetir mais uma vez o que está escrito no artigo 7 dessa Convenção:

- 1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar na formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.*

E isso que nós queremos: escolher nossas prioridades e participar da elaboração dos planos de trabalho do governo. E queremos fazer isso através das nossas organizações representativas, com nosso jeito próprio de consultar as comunidades e de tomar decisões. Esse trabalho de consultar, explicar e fazer acordos para decidir as coisas coletivamente é muito demorado, comparando com o jeito dos não-índios resolverem as coisas. Mas é o nosso jeito, e precisa ser respeitado. Se o governo não respeita essa nossa forma de organização, não pode dizer que consultou nossas comunidades.

Não é qualquer Wajãpi que pode representar o povo indígena Wajãpi, somente aqueles que foram escolhidos pelas lideranças. Esse nosso documento não foi qualquer Wajãpi que elaborou,

foram lideranças, pesquisadores, AISAN, AIS e professores, com ajuda de nossas assessoras do Iepé. Esse documento foi feito por Matapi, Ororiwa, Jawatonã, Aremã, Kurapi'a, Kumare, Sirarã, Yvyku'i, Sïgau, Jakamï, Eremanã, Arinã, Viseni, Jawaruwa, Kasianã, Temiri, Kuripi, Asurui e Sekï, na escola do posto Aramirã, entre os dias 10 e 14 de setembro de 2008. No dia 10 de outubro, fizemos uma nova reunião no Aramirã, onde o documento foi aprovado por 25 representantes de diversas aldeias: Asurui, Jawapuku, Jawatonã, Kamõ'õ, Karapujãna, Kawãe, Ku'a, Kumare, Kuripi, Makarari, Mo'i, Nairu, Ororiwa, Pamy, Pororipa, Sekï, Seremete, Sirarã, Teju, Temeri, Tizako, Viseni, Wyrai, Wyramapi'irã e Yvyku'i.

Em 2008, nós decidimos fazer menos reivindicações para os órgãos do governo, para ter mais força para lutar pelas coisas mais importantes. Todos os Wajãpi concordam que nossa prioridade maior é a conservação da nossa terra, da floresta e dos recursos naturais. Para cuidar da nossa terra, precisamos fortalecer o nosso jeito tradicional de morar, plantar e fazer aldeias. Nós já explicamos isso no nosso primeiro documento para os órgãos do governo. Mas para proteger nossa terra também precisamos cuidar do entorno, das áreas vizinhas da Terra Indígena Wajãpi. Sabemos que alguns não-índios, do governo e de fora do governo, também estão preocupados com a conservação do meio ambiente. Nós queremos trabalhar junto com eles.

Nesse documento de 2008 nós estamos insistindo para os órgãos do governo apoiarem a descentralização das nossas aldeias. Estamos pedindo isso desde 2005, mas até agora não conseguimos a coisa mais importante: pistas de pouso e postos de saúde em algumas aldeias que ficam nos limites da Terra Indígena Wajãpi, muito distantes da estrada Perimetral Norte.

Em 2008 nós também resolvemos retomar uma proposta antiga dos Wajãpi, que é a criação de uma faixa de amortecimento em torno da nossa terra. Hoje em dia, essa faixa só é necessária na região próxima à estrada, porque em 2003 foi criado o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que protege a maior parte do entorno da TIW. Mas essa área perto da estrada precisa ser protegida com urgência, porque a população e o desmatamento estão crescendo muito rápido na região.

## NOSSAS PRIORIDADES PARA 2008

- 1) Transferência dos colonos que estão morando junto dos limites da Terra Indígena Wajãpi, na beira da Perimetral Norte e nas duas margens do rio Riozinho, para dentro da área do assentamento “Perimetral Norte 2”.
- 2) Criação oficial de uma “faixa de amortecimento” de 10 km para proteger a Terra Indígena Wajãpi, acompanhando o limite leste da nossa terra, entre o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a RDS Iratapuru.
- 3) Capacitação dos Wajãpi para coletarem água, terra e outros materiais em lugares degradados pelos garimpeiros, na Terra Indígena Wajãpi e no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, para mandar para um laboratório fazer análise da contaminação.
- 4) Homologação da pista de pouso da aldeia Okakai, no norte da Terra Indígena Wajãpi, e construção e homologação de uma pista de pouso na aldeia Kamuta, no oeste da Terra Indígena Wajãpi.

## EXPLICAÇÃO SOBRE NOSSAS PRIORIDADES

1. Transferência dos colonos que estão morando junto dos limites da Terra Indígena Wajãpi, na beira da Perimetral Norte e nas duas margens do rio Riozinho, para dentro da área do assentamento “Perimetral Norte 2”.
2. Criação de uma “faixa de amortecimento” de 10 km para proteger a TIW, do limite do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque até o limite da RDS Iratapuru.

### Justificativa

Porque nós queremos que os moradores que estão fora do assentamento da Perimetral Norte sejam removidos? Nós Wajãpi estamos vendo que está chegando cada vez mais gente de fora na região do assentamento. Não é somente dentro do assentamento que a população está aumentando. Também estão começando a ocupar outras áreas na beira da estrada Perimetral Norte e nas duas margens do rio Riozinho, bem junto dos limites da nossa terra.

Nós percebemos que os colonos que moram muito perto do limite da nossa terra às vezes entram na nossa terra e matam as caças, tiram ouro, cipó titica e outros recursos. No futuro, quando aumentar a população de colonos, achamos que pode acontecer muitos conflitos com esses moradores. Não estamos preocupados só com os recursos, mas também com nossas mulheres e nossas crianças. Nós temos medo que os não-índios morando muito perto das nossas aldeias se relacionem com nossas mulheres, não queremos que isso aconteça.

Estamos começando a ter problemas com os moradores da Perimetral Norte. Alguns moradores estão entrando escondido na nossa terra para olhar as nossas festas, as nossas meninas Também vemos que alguns moradores vizinhos da nossa terra estão vendendo bebidas alcoólicas para os Wajãpi, até dentro da Terra Indígena Wajãpi. Essas bebidas causam problemas de saúde e conflitos, e nós não queremos isso.

Nós ouvimos que em outros estados os não-índios estão matando indígenas por causa de sua terra. Por isso nós queremos que esses moradores mais próximos da nossa Terra Indígena Wajãpi sejam removidos antes de aumentar o problema. Se o governo não transferir esses colonos para outro lugar, podem acontecer conflitos entre os Wajãpi e não-índios.

Conhecemos o jeito como os não índios ocupam a terra, nós sempre vemos o que estão fazendo na Perimetral Norte. No futuro os colonos vão derrubar todas as matas e vão fazer pastos grandes para criar muitos animais como gado, porco etc. Se acontecer isso no limite da nossa terra, vai prejudicar a nossa terra também. Nós Wajãpi precisamos da floresta em pé e da caça. No futuro, não queremos depender de criação de animais como os não índios.

Alguns colonos que moram fora dos limites da terra que o governo deu para eles (assentamento do INCRA) falam que moram aqui há muito tempo, mas nós Wajãpi moramos aqui há mais tempo ainda. Os não-índios têm que respeitar nossa terra, porque desde antigamente nossos avós já moravam aqui, nós não tiramos a terra dos não-índios. Para cuidar da nossa terra, nós temos que cuidar do entorno junto com os não-índios.

A parte da nossa terra que faz limite com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque está bem protegida contra invasões, e sabemos que, assim, a floresta vai continuar em pé. E a parte

da nossa terra que faz limite com a RDS Iratapuru também está bem protegida, pois sabemos que os castanheiros são como nós Wajãpi, eles cuidam da floresta.

Nossa preocupação é com a parte da nossa terra que faz limite com uma área desprotegida, junto da estrada, perto do assentamento do INCRA, pois lá a floresta está sendo destruída pelos ocupantes. Nós Wajãpi queremos que nessa área seja criada uma faixa de amortecimento junto ao limite da TIW. Acreditamos que esta faixa vai ajudar a proteger nossa terra contra invasões e assim não vai acabar o cipó titica, as frutas, as caças e os peixes.

### **Histórico**

Desde que começamos a lutar pela demarcação da Terra Indígena Wajãpi, estamos preocupados com os moradores da estrada, que estão chegando cada vez mais próximo da nossa terra. Nós vimos quando foi criado o assentamento do INCRA, em 1987. Os Wajãpi já estavam lutando pela demarcação desde o começo dos anos 80. Nós já sabíamos o que ia acontecer no futuro, esse problema que hoje em dia está acontecendo: que os moradores da estrada estão acabando com recursos naturais nas terras deles e estão entrando na nossa terra para tirar alguns recursos, como por exemplo, cipó-titica, caça, peixes e frutas do mato. Sabemos que nem todos os invasores são moradores da estrada, mas alguns moradores também estão invadindo nossa terra.

Desde o tempo da demarcação, nós Wajãpi já temos a proposta de criar uma faixa de amortecimento junto dos limites da nossa terra. Essa faixa é para impedir que o assentamento do INCRA fique encostado na TIW e outros não-índios venham morar junto dos limites. Nós sabemos que quando os vizinhos moram muito perto, fica fácil de entrar na nossa terra e isso pode criar conflitos.

No passado, os caciques wajãpi já conversaram com o governador do Amapá sobre essa faixa de amortecimento e ele achou que os Wajãpi tinham razão, que era bom criar uma faixa de 10 quilômetros. Mas o governador não conseguiu apoio político para criar a faixa no entorno da Terra Indígena Wajãpi. Naquela época, o governador ajudou os Wajãpi a fazer o "Projeto Mirakatu" para conscientizar os moradores da Perimetral, mas isso não resolveu o problema, porque continuou tendo invasão da nossa terra.

Quando fizemos os projetos "Vigilância e Fiscalização da Terra Indígena Wajãpi" e "Apoio ao Movimento de Descentralização das Aldeias Wajãpi", com apoio do PPTAL-FUNAI e do PDPI-MMA, nós fizemos algumas reuniões com moradores da Perimetral, junto com assessores do Programa Wajãpi (CTI/Iepé). Mas isso também não resolveu o problema das invasões.

Nós Wajãpi também falamos muitas vezes para a Funai que os moradores vizinhos estão invadindo a nossa terra. Nós pedimos várias vezes para a Funai fazer conscientização dos moradores da Perimetral sobre o direito dos povos indígenas à sua terra. Também pedimos para a FUNAI prender os invasores junto com a Polícia Federal. Colocamos esta reivindicação nos nossos documentos de 2005 e 2006. Mas a Funai não fez esse trabalho.

No documento "Prioridades dos Wajãpi para 2006", pedimos para o Ibama trabalhar junto com a Funai, conscientizando os moradores da Perimetral sobre as leis ambientais e os direitos dos povos indígenas. Nós também pedimos para o INCRA ajudar a Funai e o Ibama nesse trabalho. Mas o INCRA não compareceu na reunião que fizemos para discutir nosso documento com os órgãos do governo e não respondeu o documento.

### **A criação da comissão interinstitucional**

No início de 2008, fizemos uma reunião com um representante do MDA para avaliar o projeto “Fortalecimento cultural e sustentabilidade na produção e consumo de alimentos dos Wajãpi do Amapari” desenvolvido pelo Iepé e Apina com apoio do MDA. Nessa reunião, nós Wajãpi aproveitamos para pedir apoio do MDA para conversar com o INCRA, porque o INCRA não estava respondendo nossos documentos. O MDA fez um ofício para a Funai, ICM-Bio, INCRA, Rurap, MPF, Apina, Iepé e alguns moradores do assentamento “Perimetral Norte 2”, para convidar para uma reunião sobre as invasões da TIW.

Essa reunião aconteceu no dia 23 de maio, na escola da vila Tucano II, com participação de alguns moradores da vila, de 10 lideranças wajãpi, do MDA, da Funai, do Incra, do Rurap e do Iepé. Nessa reunião, nós reclamamos que os moradores do assentamento do Incra estão morando muito perto da terra indígena e que a população do assentamento está crescendo muito. Perguntamos para o Incra se não tem regra para a ocupação do assentamento. O INCRA respondeu que existe regra sim: que os moradores só podem morar dentro dos limites do assentamento e que precisa ter uma faixa de amortecimento entre o assentamento e a terra indígena.

O INCRA falou que sabe que tem colonos morando fora do assentamento e que vai remover esses moradores para dentro do assentamento. A Funai falou que também vai ajudar na delimitação de uma faixa de amortização em torno da TIW. Os participantes da reunião decidiram criar uma comissão interinstitucional para criar a faixa de amortecimento, retirar os moradores que estão em local irregular e regularizar o assentamento Perimetral Norte 2.

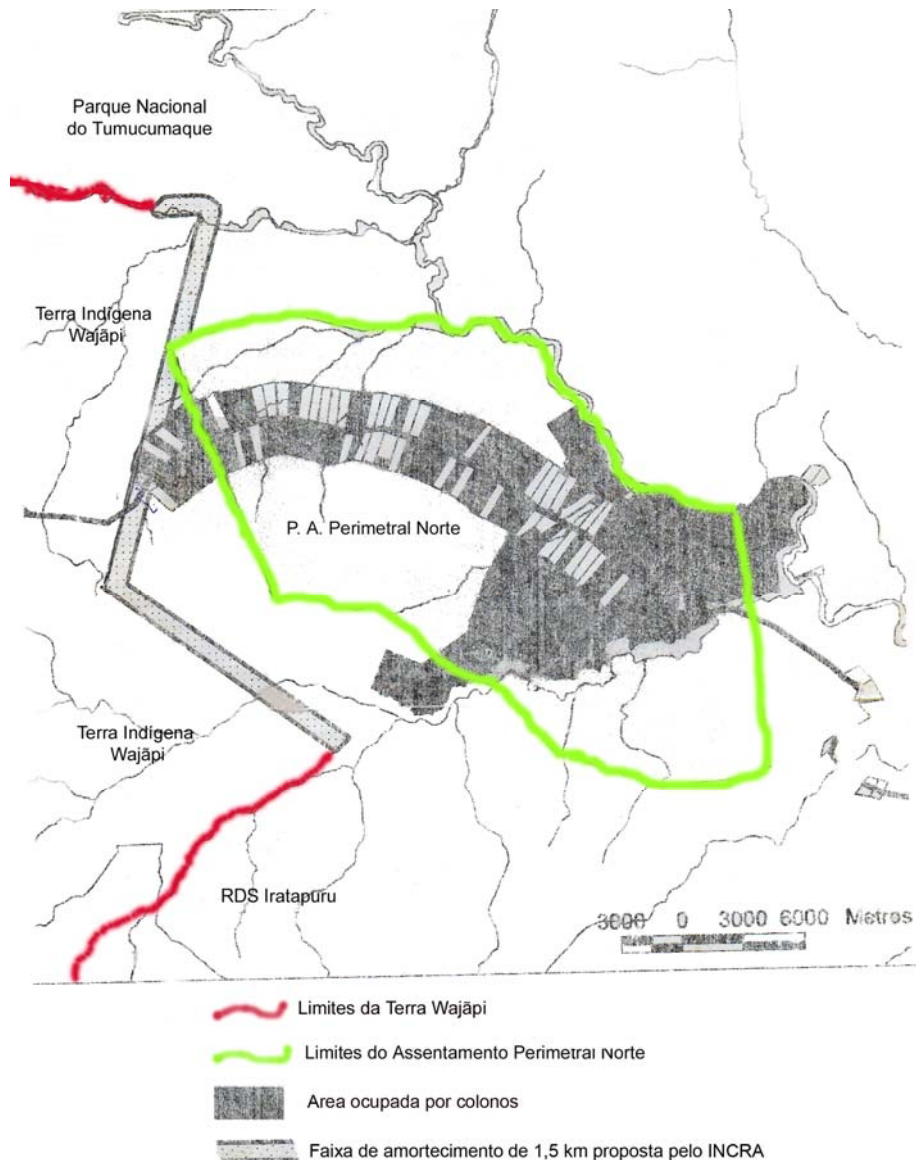
No dia 30 de maio de 2008, fizemos uma reunião no escritório da Funai em Macapá, para criar a comissão, que é formada pelo MDA, INCRA, Funai, ICM-Bio, Apina e Iepé (Portaria Conjunta no. 001 de 27.05.2008). Até agora já aconteceram mais duas reuniões dessa comissão.

### **Nossas propostas para a comissão**

Na segunda reunião da comissão (em 16 de junho), os representantes dos moradores da Perimetral falaram que não entendem por que os Wajãpi podem entrar no comércio deles e eles não podem entrar na nossa terra. Isso mostra que os moradores não conhecem a legislação brasileira. Por isso nós queremos pedir mais uma vez para a Funai, o ICM-Bio e o INCRA ajudarem os Wajãpi a fazer a conscientização desses moradores. Na terceira reunião (16 de julho), a comissão decidiu que o Apina, o ICM-Bio e o Iepé vão fazer uma proposta para fazer essa conscientização junto com o INCRA, não só sobre a terra indígena, mas também sobre o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

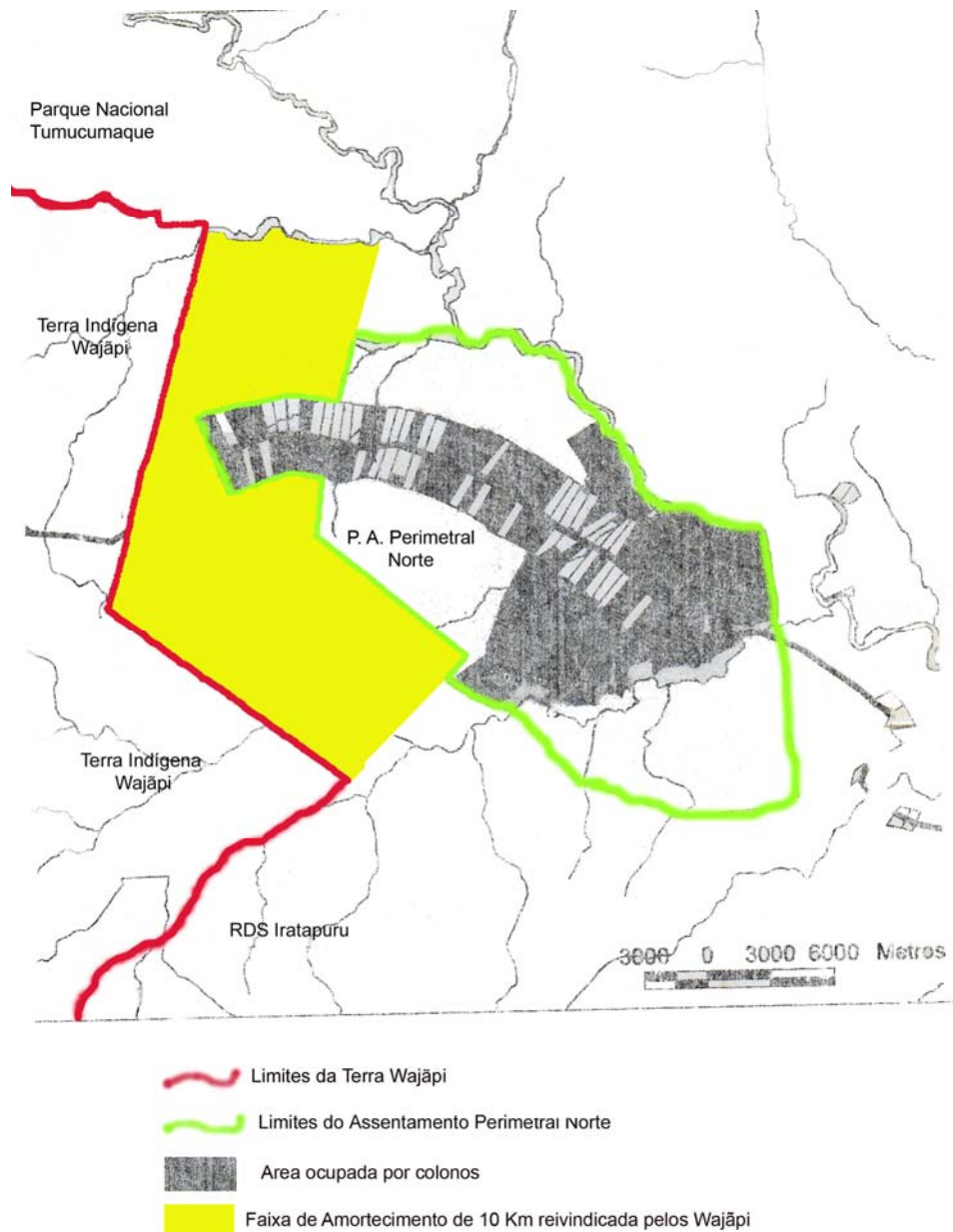
Na terceira reunião da comissão também ficamos sabendo que o INCRA tem uma proposta para regularizar o assentamento “Perimetral Norte 2” que é diferente da proposta dos Wajãpi. Nós queremos que os colonos que estão fora da área do assentamento sejam removidos para dentro do assentamento, mas o INCRA falou que quer aumentar essa área até incluir as famílias que estão morando fora. Nós não concordamos com o aumento do assentamento. O INCRA sempre foi responsável por não deixar os colonos morarem fora da área demarcada, então agora o INCRA tem que resolver essa situação sem aumentar a área do assentamento. Nós sabemos que ainda tem lugar para moradores dentro da área do assentamento.

Abaixo, o mapa da proposta do INCRA para a criação de uma faixa de amortecimento para a terra Wajãpi:



Também nós estamos vendo que tem um lugar onde o assentamento está quase colado na TIW, e não tem espaço para fazer uma faixa de amortecimento. Nossa reivindicação é uma faixa de amortecimento de 10 quilômetros, mas sabemos que em muitos lugares a distância entre o assentamento e a TIW é menos de 10 quilômetros. Então achamos que junto dos lotes já ocupados e regularizados a faixa de amortecimento pode ser menor. Mas nós sabemos que nesse pedaço do assentamento que é quase colado na TIW, ainda não tem ninguém morando. Então queremos que lá o limite do assentamento seja mudado para mais longe da nossa terra. Enquanto não tem morador, é fácil reduzir a área do assentamento nesse pedaço, como mostramos no mapa abaixo:





Na terceira reunião da comissão, o representante do INCRA também falou que o INCRA quer reativar o ramal do rio Felício. Os Wajãpi e o ICM-Bio já pediram para fechar esse ramal. Nós sabemos que o INCRA não poderia abrir esse ramal, porque lá não é área de assentamento. O pessoal do ICM-Bio já falou isso também. Agora tem vários moradores na beira desse ramal, porque o INCRA não fiscalizou a ocupação da área. Será que era o INCRA que tinha que fazer essa fiscalização, ou era a SEMA? Nós queremos saber. Esse problema precisa ser resolvido rápido, para não chegarem outros moradores e aumentarem os conflitos entre nós e nossos vizinhos. Quando a faixa de amortecimento for criada, essas pessoas precisam ser removidas para dentro do assentamento do INCRA.

Resumindo, nossas propostas para a comissão são:

- Sempre fazer conscientização dos moradores do assentamento
- Transferir os colonos que estão fora para dentro do assentamento
- Criar uma faixa de amortecimento de 10 km junto aos limites da TIW
- Reduzir a área do assentamento para respeitar essa faixa, onde os lotes regularizados ainda não estão ocupados
- Fechar o ramal que liga a Perimetral ao rio Felício

### **3. Capacitação dos Wajãpi para coletarem água, terra e outros materiais em lugares degradados pelos garimpeiros, na Terra Indígena Wajãpi e no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, para mandar para um laboratório fazer análise da contaminação**

#### **Justificativa**

Já faz muitos anos que nós Wajãpi temos alguns problemas de saúde que achamos que são causados pela contaminação das águas por resíduos dos garimpos: diarréias com cólicas, dores de estômago, dores nas pernas e nas juntas, perda de movimento das articulações etc.

Outro problema que vemos é com os animais: nas regiões onde tinha garimpos, sempre encontramos animais mortos na beira dos rios, sem sinais de que foram atacados por predadores. Nós sabemos bem identificar quando os animais são mortos por outros animais e vemos que não é isso o que está acontecendo lá. Também quando matamos caça nessas regiões, às vezes vemos que os animais têm pus no meio da carne. Isso não é normal.

Nesses locais os peixes vivos são fracos e têm olhos brancos e não conseguem se reproduzir bem. Também encontramos muitos peixes mortos na beira dos rios. Quando cozinhamos os peixes, a carne fica dura e sem gosto. Muitas vezes encontramos um tipo de verme no meio da carne dos peixes. Isso não acontecia antigamente.

Tudo isso nós achamos que é por causa da contaminação das águas e ficamos muito preocupados. Quando pedimos apoio para os não-índios para despoluir os rios, ouvimos que primeiro precisam verificar se a água está realmente contaminada. Mas os não-índios não vão até os lugares onde estão acontecendo esses problemas, pois para chegar lá têm que andar vários dias no meio da floresta. Então, nós mesmos queremos trazer a água para fazer análise, e queremos aprender como podemos fazer isso.

#### **Histórico**

No passado, desde a década de 1970 até a demarcação da Terra Indígena Wajãpi (TIW), em 1996, tinha muitos garimpos na nossa terra: na região da aldeia do Okakai, no norte da TIW; no

rio Visagem ou Ari (nordeste da TIW); na região da aldeia Karavõvõ, (sul da TIW); no igarapé Kumakary (centro da TIW); na região das cabeceiras do rio Inipuku (norte da TIW); e no rio Aimã (centro da TIW). Os garimpos estragaram muito a terra e contaminaram a água em todos esses lugares.

Na década de 1980, nós Wajãpi começamos a expulsar os garimpeiros e conseguimos retomar a nossa terra. Mas até 2002 ainda tinha alguns garimpos ao norte da nossa terra, onde hoje é Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, poluindo nossos igarapés e rios. Recentemente o exército retirou alguns garimpeiros de uma área próxima ao limite leste da Terra Indígena Wajãpi, perto da rodovia Perimetral Norte. Atualmente não tem mais garimpo dentro da Terra Wajãpi, porque estamos fazendo vigilância nos limites. Mas os garimpos do passado deixaram resíduos que ainda causam problemas de saúde para nós e para os animais e peixes que consumimos. Esses resíduos são máquinas velhas, mangueiras de borracha e produtos químicos.

Em 1997, nós fizemos um projeto junto com o CTI, para recuperar áreas degradadas pelos garimpeiros e mandamos para o Ministério do Meio Ambiente. O projeto foi aprovado, mas não começou a funcionar porque alguns políticos entraram com uma ação judicial contra o projeto. Esses políticos não entenderam o objetivo do projeto, pensaram que era para tirar ouro e que nós Wajãpi íamos fazer mineração na nossa terra. Mas na verdade o ouro que nós íamos tirar era só aquele que sai junto com o mercúrio, quando fazemos despoluição da água. O objetivo principal do projeto era a recuperação ambiental da nossa terra. Quando terminou a ação judicial, o juiz reconheceu que nosso projeto era bom e autorizou a execução, mas essa decisão demorou muito e o prazo dos projetos do MMA já tinha acabado.

Depois nós pedimos ajuda para alguns órgãos do governo, como Funai, Ibama e SEMA para retirar os equipamentos deixados pelos garimpeiros e para verificar a contaminação dos rios. Teve até um técnico do Ibama que veio para a Terra Indígena Wajãpi para visitar o rio Aimã junto com um funcionário da Funai e os Wajãpi, mas ele não chegou até lá e fez um relatório dizendo que a água estava suja por causa dos barrancos que estavam caindo no rio.

Em 2003, foi criado o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e chegou uma nova equipe para trabalhar no Ibama, que estava interessada em ajudar os Wajãpi, porque nossa terra é vizinha do Parque e, quando cuidamos de uma área, também estamos cuidando da outra.

Em 2005, fizemos um documento sobre nossas prioridades para os órgãos do governo e pedimos para o Ibama ajudar os Wajãpi a tirar todo o equipamento de garimpo da nossa terra. O Ibama começou a fazer isso, descendo de helicóptero na aldeia Pairakae e procurando o equipamento deixado no rio Ari. Como não encontraram o lugar do antigo garimpo, foram até a aldeia Okakai. Lá eles viram muitos maquinários e equipamentos e retiraram uma parte. Fizeram duas viagens de helicóptero, mas não deu para tirar todos os resíduos. O pessoal do Ibama falou que depois ia continuar fazendo esse trabalho, mas não continuou. Agora o Ibama está dizendo que não tem recurso para retirar os equipamentos com helicóptero.

Mas nós continuamos muito preocupados com a poluição dos nossos rios e igarapés. Na reunião que fizemos para discutir o documento de 2005, o Ibama falou que ia investigar o nível de mercúrio nas águas, mas precisava fazer planejamento para conseguir recursos para isso. Em 2006, nós fizemos outros documentos e outras reuniões com os órgãos do governo. O Ibama não conseguiu dinheiro, mas falou que se nós pegássemos amostras de água e terra nas

regiões de antigos garimpos, a SEMA poderia mandar fazer uma análise de laboratório para verificar a contaminação.

Até agora nós não fizemos isso porque não sabemos bem como podemos pegar essas amostras. Algumas pessoas falaram que a água não pode ser colocada em qualquer garrafa. Por isso queremos que a SEMA faça uma capacitação e forneça os materiais necessários para alguns Wajãpi aprenderem a colher amostras que vão servir para fazer os exames.

#### **4. Homologação da pista de pouso da aldeia Okakai, no norte da TIW, e construção e homologação de uma pista de pouso na aldeia Kamuta, no oeste da TIW.**

##### **Justificativa**

Faz muito tempo que a nossa terra já foi demarcada e homologada, por isso agora nós estamos cuidando bem dela e fazendo vigilância nos limites para os invasores como garimpeiros, fazendeiros e outros não invadirem.

Faz mais ou menos 30 anos que um grupo grande de Wajãpi estava morando direto numa aldeia central chamada Mariry, onde tem um posto de saúde e um prédio da Escola Indígena Estadual do Mariry. Atualmente essa aldeia tem muitos problemas de falta de recursos naturais usados pela comunidade, e também muitas doenças. Nós sabemos que quando a população fica muito tempo morando no mesmo lugar, a floresta não consegue se recuperar, isso causa um impacto ambiental grande. Por isso nosso jeito de viver é sempre mudar o lugar das nossas aldeias.

Nessa aldeia Mariry, quase as famílias não moram mais. Agora a maioria das famílias foi morar nos limites, onde tem muitos recursos, para se alimentar bem. Nós também fomos morar nos limites porque antigamente nossos avós moravam nesses lugares e agora a floresta já se recuperou lá. Para nós é importante conhecer os lugares onde nossos antepassados moraram.

Estas aldeias novas são muito distantes da aldeia central Mariry – ficam a vários dias de caminhada pelo meio da floresta. Não dá para chegar de barco nas aldeias dos limites, só andando. Quando uma pessoa fica doente, às vezes não consegue andar até o Mariry para ser atendida no posto de saúde. Por isso é preciso instalar postos de saúde em algumas aldeias dos limites. Nós escolhemos as aldeias Kamuta e Okakai para ter posto de saúde. Para isso, precisamos de boas pistas de pouso nessas aldeias. Quando tiver postos de saúde nessas aldeias, esses postos vão servir para atender a população de várias aldeias próximas. Nós já explicamos isso no documento que fizemos em 2006 (ver mapa no final dessa parte).

Para fazer a assistência à saúde dos Wajãpi, os órgãos do governo devem entender e respeitar o nosso jeito de fazer gestão territorial, mudando as aldeias de lugar e ocupando os limites da TIW. Sabemos que temos direito de ter assistência à saúde de acordo com nosso modo de vida tradicional e não precisamos morar do jeito dos não-índios para receber assistência.

## Histórico

Faz muito tempo que nós começamos a lutar pela nossa terra e reivindicar apoio do governo para cuidar dela. Na época da demarcação da Terra Indígena Wajãpi, nós resolvemos ocupar uma pista de pouso que os garimpeiros construíram no norte da nossa terra, na região da aldeia Okakai. Nós achamos que essa pista podia servir para facilitar a vigilância dos limites. Os Wajãpi já estavam planejando fazer aldeias nos limites para cuidar da terra. Por isso nós não destruímos a pista dos garimpeiros. Naquela época a pista estava boa, nós usamos essa pista para apoiar a limpeza da picada que marca o limite norte da TIW. Nós começamos a fazer roça no Okakai, para fazer uma aldeia lá. Os Wajãpi não precisaram da pista para abrir as roças. Durante muito tempo a pista não foi utilizada, por isso começou a ficar cerrada.

Quando fizemos o projeto “Apoio ao movimento de descentralização das aldeias wajãpi”, nós planejamos que algumas famílias iam se mudar para a aldeia Okakai. Mas os Wajãpi que foram para lá não conseguiram permanecer, por falta de assistência à saúde. Como a pista estava cerrada, não tinha como pousar avião para remover pacientes graves. Até chegou a acontecer a morte de uma moça por falta de assistência. Os parentes dela carregaram ela pelo caminho, mas não conseguiram chegar no posto de saúde mais próximo, que fica na aldeia Mariry. Para chegar no Okakai saindo do Mariry a pé, nós levamos até 8 dias.

Desde 2002, quando fizemos avaliação do projeto “Vigilância e Fiscalização da Terra Indígena Wajãpi”, apoiado pelo PPTAL, nós reivindicamos apoio da Funai para recuperar a pista de pouso do Okakai. Mas nossa reivindicação não foi atendida. Em 2005 nós todos Wajãpi nos unimos para elaborar um documento com as nossas prioridades para os órgãos do governo. Nesse documento nós reivindicamos novamente apoio para recuperar a pista de pouso do Okakai, e também pedimos apoio para construir uma pista nova na aldeia Kamuta, no limite oeste da TIW, para onde muitos Wajãpi estavam se mudando.

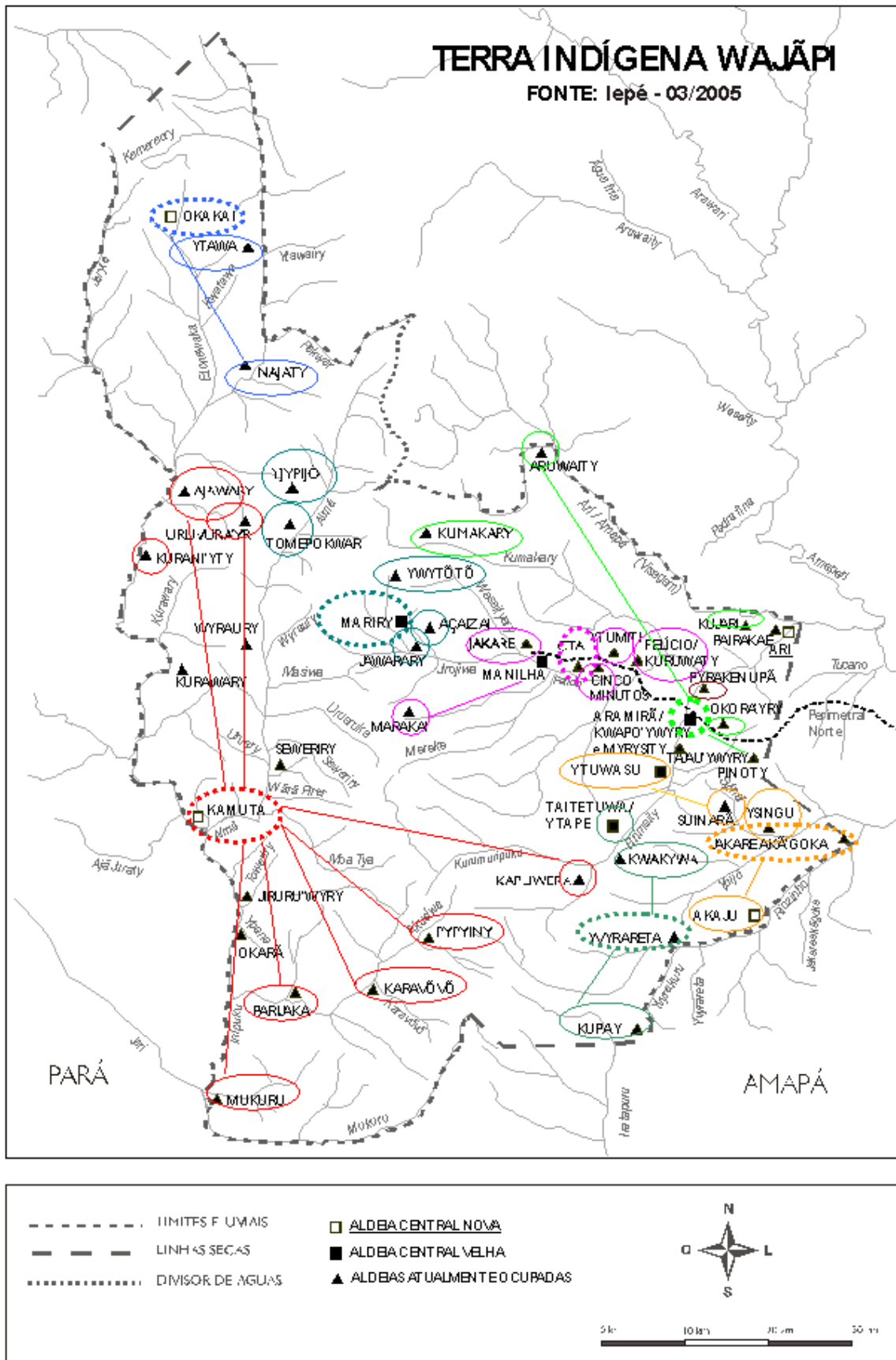
Nós pedimos apoio para a Funai e para a Funasa, porque o objetivo principal das pistas de pouso é a assistência à saúde. Nós queremos que a Funasa mantenha um posto de saúde na aldeia Okakai e outro posto na aldeia Kamuta e sabemos que isso só vai acontecer quando tiver pista de pouso nessas aldeias, porque o acesso até elas por terra ou rio é muito difícil para os não índios. Para se chegar no Kamuta saindo da aldeia Mariry, levamos até 6 dias.

Em 2005, essas reivindicações não foram atendidas, por isso fizemos outro documento reivindicando a mesma coisa. No final de 2006, depois que insistimos muito, a Funai e o Ibama ajudaram os Wajãpi a recuperar a pista na aldeia Okakai, mas até agora a pista na aldeia do Kamuta não foi iniciada. Em 2007 nós combinamos com a Funai que iríamos acompanhar um técnico até a aldeia Kamuta para identificar o melhor local e orientação para abrir a pista de pouso. Mas essa visita não deu certo, porque aconteceu muita malária na aldeia naquele ano e os moradores resolveram sair de lá por um tempo. Agora em 2008 nós queremos que esse técnico da Funai visite a aldeia Kamuta antes do final do verão, enquanto o caminho ainda está seco.

A pista da aldeia Okakai foi recuperada, mas nenhum piloto quer pousar lá, porque a pista ainda não foi homologada pela COMARA. No início de 2008, nós já mandamos um documento para a COMARA através da Funai, pedindo a homologação, mas até agora não recebemos resposta. Agora já tem várias famílias wajãpi morando lá no Okakai e temos medo que aconteça algum

problema grave de saúde e o avião não vai poder pousar. Por isso queremos que essa pista seja homologada o mais rápido possível.

**Mapa:** Como planejamos e como estamos solicitando o atendimento das aldeias pelos 7 postos de saúde estratégicos.



## O APOIO QUE PRECISAMOS DE CADA ORGAO

- **Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Amapá**

**Na relação com os órgãos do governo:** Queremos que a Procuradoria e a Promotoria nos ajudem a cobrar os órgãos do governo para apoiarem nossas reivindicações e não trazerem propostas prontas para trabalhar com nossas comunidades.

**Mudança no jeito do governo conversar com os Wajãpi:** Queremos que os procuradores nos ajudem a explicar para todos os órgãos do governo quem são os representantes dos Wajãpi e como é o jeito certo de conversar com esses representantes e consultar as comunidades.

**Proteção do entorno da Terra Indígena Wajãpi (TIW):** Queremos que a Procuradoria e a Promotoria ajudem os Wajãpi a conseguir do INCRA e do MDA a regularização do assentamento "Perimetral Norte 2" e a criação de uma faixa de amortização entre o assentamento e a TIW.

**Pistas de pouso:** Precisamos que a Procuradoria e a Promotoria nos ajudem a cobrar a Funai e a Comara para conseguirmos a homologação da pista do Okakai e construção da pista do Kamuta, nos limites norte e oeste da nossa terra.

**Capacitação:** Queremos apoio também para conseguirmos da SEMA a capacitação de alguns Wajãpi para coletar material em áreas degradadas por garimpos, para enviarmos à cidade e sabermos se tem contaminação na Terra Wajãpi

- **INCRA, MDA e Rurap**

**Regularização do assentamento "Perimetral Norte 2":** Queremos que o INCRA, o MDA e a Rurap façam a transferência dos colonos que estão morando junto dos limites da Terra Indígena Wajãpi, na beira da Perimetral Norte e nas duas margens do rio Riozinho, para dentro da área do assentamento "Perimetral Norte 2".

**Criação da faixa de amortização:** Queremos que o INCRA, o MDA e a Rurap ajudem a criar uma "faixa de amortecimento" de 10 km para proteger a Terra Indígena Wajãpi, do limite do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque até o limite da RDS Iratapuru.

- **ICM-Bio**

**Regularização do assentamento "Perimetral Norte 2" e criação da faixa de amortização:** Queremos que o ICM-Bio nos apóie na comissão interinstitucional criada para regularizar o assentamento e criar a faixa de amortecimento em volta da Terra Indígena Wajãpi, porque essas ações não vão proteger somente a TIW, mas também o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

**Pista de pouso:** Nós queremos que o ICM-Bio continue fazendo parceria com a Funai para apoiar nosso trabalho de abertura e manutenção de pistas de pouso para fiscalização dos limites da TIW, porque estas pistas também ajudam na fiscalização do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Como já aconteceu em 2006, o ICM-Bio pode conseguir um helicóptero para levar o técnico e os equipamentos até as aldeias onde vamos fazer as pistas.

- **SEMA**

**Capacitação para os Wajãpi:** Já reivindicamos várias vezes ao Ibama a retirada dos resíduos de garimpo da Terra Wajãpi. Como sabemos que isso é difícil, pedimos à SEMA que faça uma capacitação para alguns Wajãpi, para aprendermos o jeito certo de coletar amostras de terra e água para um laboratório fazer análise do nível de contaminação por mercúrio e outros produtos químicos usados por garimpeiros.

**Fiscalização do entorno do assentamento "Perimetral Norte 2":** Como explicamos na segunda parte desse documento, está aumentando muito a ocupação da área que fica entre a Terra Indígena Wajãpi, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o assentamento do INCRA e a RDS Iratapuru. Vimos no mapa que essa área é uma Floresta Estadual, que deve ser cuidada pela SEMA.

**Criação da faixa de amortização:** Sabemos que a SEMA é o órgão estadual de proteção ao meio ambiente, por isso queremos que ajude a comissão interinstitucional formada pelo MDA, INCRA, Funai, ICM-Bio, Rurap, Apina e Iepé a criar uma faixa de amortização acompanhando o limite leste da Terra Indígena Wajãpi, desde a RDS Iratapuru até o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

- **FUNAI**

**Regularização do assentamento Perimetral Norte 2 e criação da faixa de amortização:** Queremos que a FUNAI nos apóie na comissão interinstitucional criada para regularizar o assentamento e criar a faixa de amortecimento em volta da Terra Indígena Wajãpi (TIW), porque essas ações vão proteger a TIW e ajudar a evitar conflitos entre os Wajãpi e moradores vizinhos.



**Pistas de pouso:** Já falamos muitas vezes que queremos que a Funai nos ajude a construir uma pista de pouso na aldeia Kamuta, no oeste da Terra Indígena Wajãpi, e nos ajude a conseguir com a Comara a homologação da pista de pouso da aldeia Okakai, no norte da nossa terra.

**Capacitação:** Queremos que a Funai nos ajude a conseguir que a SEMA faça a capacitação dos Wajãpi para coletar amostras de materiais de áreas degradadas por garimpos para fazer análise da contaminação em um laboratório.

- Comara

**Pistas de pouso na Terra Indígena Wajãpi:** E preciso que o Comando-Geral de Operações Aéreas e Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) reconheça e homologue a pista de pouso da aldeia Okakai, no norte da Terra Indígena Wajãpi, para que o avião da Funasa possa descer e prestar atendimento à saúde dos moradores desta aldeia. Outro apoio que precisamos é a construção de uma pista de pouso na aldeia Kamuta, no oeste da Terra Indígena Wajãpi, para prestar atendimento aos moradores desta região.

- SEPI

**Na relação com os órgãos estaduais:** Queremos que a SEPI nos ajude a cobrar da SEMA a capacitação dos Wajãpi para coletar amostras de materiais de áreas degradadas por garimpo; precisamos também que a SEPI nos ajude a cobrar o trabalho da Rurap na regularização do assentamento "Perimetral Norte 2" e na criação de uma faixa de amortecimento junto ao limite leste da Terra Indígena Wajãpi.

**Mudança na maneira de consultar os Wajãpi sobre as ações dos órgãos do governo:** Nós queremos que a SEPI nos ajude a explicar para todos os órgãos do governo estadual quem são os representantes dos Wajãpi e como é o jeito certo de conversar com esses representantes e consultar nossas comunidades. E queremos que a SEPI trabalhe para que as reivindicações que apresentamos no nosso documento sejam as prioridades na assistência que o Governo do Estado do Amapá presta aos Wajãpi.